



Acerca do outro: a *Viagem Philosophica* de Alexandre Rodrigues Ferreira

YURGEL PANTOJA CALDAS¹

Universidade Federal do Amapá



Resumo: As “viagens filosóficas” – como política externa do reino lusitano para conhecimento e domínio de suas possessões ultramarinas – iniciaram-se em 1783 percorrendo Brasil, Moçambique e Cabo Verde. Além disso, partindo da constituição da História Natural como ciência, tais expedições marcam a construção da ideia de Natureza a partir do olhar do colonizador, que se quer racional, claro e definidor de uma ordem, mas que algumas vezes não se mostra devidamente “perfeito” na expressão do conhecimento sobre os objetos escolhidos. Este trabalho discute as formas de construção do imaginário sobre o espaço amazônico, a partir da *Viagem Philosophica*, feita pelo naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira entre 1783 e 1792, que percorreu o Pará, o Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá.

Palavras-chave: Viagem filosófica; Alexandre Rodrigues Ferreira; Natureza

Abstract: The “philosophical voyages” – as the foreign policy realm Lusitanian for knowledge and mastery of their overseas possessions – started in 1783 covering Brazil, Mozambique and Cabo Verde. Moreover, from the formation of Natural History as a science, such shipments mark the construction of the idea of nature through the eyes of the colonizer, who wish to be rational, clear and defining an order, but that sometimes does not show property “perfect” in the expression of knowledge about the chosen objects. This paper discusses the construction of the imaginary over the Amazon area, from the *Philosophical Journey*, made by Brazilian naturalist Alexandre Rodrigues Ferreira between 1783 and 1792, which covered Pará, Rio Negro, Mato Grosso and Cuiabá.

Keywords: Philosophical journey; Alexandre Rodrigues Ferreira; Nature

A proposta teórica do conhecimento científico do século XVIII deveria levar em conta a definição de uma determinada espécie a partir de uma descrição bastante pormenorizada. Seguindo esse pressuposto, como aponta Ronald Raminelli, “era mais importante traçar imagens vivas dos diversos tipos de animais do que apenas identificá-los”.² Ou seja, identificar determinada realidade científica, como faziam os naturalistas do final do Setecentos, significava obter a descrição mais próxima possível em relação à natureza.

Nesse contexto, pode-se considerar inicialmente que um texto poderia exercer a função de confirmar a imagem que uma figura apresentava, construindo um discurso científico no qual a própria imagem tornar-se-ia pleonástica e independente. Nesse momento, a dita imagem falaria mais que mil palavras. De maneira mais específica, conforme apontam Ana Luísa Janeira, Luísa Borralho e Mário Fortes,

a ilustração perde a subjetividade regendo-se por regras precisas. Neste processo, destacado em finais do século XVIII, predomina uma pretensa “imagem científica”, cujo realismo pode ser questionado face a questões de ordem biológica, a qual se prende ao reconhecimento de “tipos” e não de exemplares isolados.³

José Antonio de Sá, no *Compêndio de observações que formam o plano da viagem política e filosófica que se deve fazer dentro da pátria* – obra que ditava as normas pormenorizadas para a sistematização do estudo sobre os três reinos da natureza, feito pelas expedições científicas portuguesas –, reforça que dentre “a descrição das coisas entra também o Risco e Pintura, a qual se aplicará

¹ Bolsista da CAPES

² RAMINELLI, *História, ciências, saúde*, v. III, 2001, p. 972.

³ Cf. http://www.triplove.com/cictsul/ana_fortes.html (acesso em 18 de dezembro de 2006).

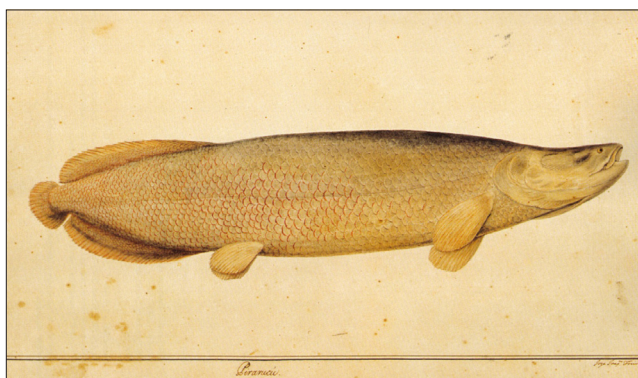
aqueles objetos que a narração não for capaz de descrever perfeitamente e em clareza”.⁴

Assim, no rastro do *Compêndio de observações...*, para o perfeito conhecimento das terras de ultramar, o abade Correia dos Santos lança o desafio:

O primeiro passo de uma nação para aproveitar as suas vantagens é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes. A história natural é a única ciência que tais luzes pode dar; e sem um conhecimento sólido nesta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastam para fazer a fortuna e a riqueza de um povo.⁵

A partir da técnica da construção de estampas – desenhos feitos a aquarela ou a nanquim e reproduzíveis em chapas de metal –, a representação de aspectos etnográficos, geográficos, botânicos e zoológicos serviriam para *ilustrar* o que Domenico Vandelli – catedrático de Botânica da Universidade de Coimbra e diretor do Jardim da Ajuda de Lisboa – chamaria de *História natural das colônias*.⁶ Todavia, conforme avalia Ana Maria Belluzzo, a “acolhida e a assimilação do nosso personagem internacional [o índio americano no cenário europeu] [...] têm contraditoriamente o efeito de descaracterizá-lo”.⁷

Dentre os “riscadores” (desenhistas) que procuraram explorar os três reinos naturais na América portuguesa, na segunda metade do século XVIII, sobressaem os trabalhos de José Joaquim Codina e Joaquim José Freire – desenhistas da expedição comandada por Alexandre Rodrigues Ferreira, que percorreu as capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá entre os anos de 1783 e 1792 –, os quais “conceberam imagens que atuavam como taxionomia, destinada a classificar os grupos indígenas a partir da fisionomia, constituição corporal, moral e política”.⁸



Pirarucu, estampa de Joaquim José Freire para a *Viagem filosófica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira; exemplo de perfeição na representação da fauna amazônica.

Destinadas a obter um preciso conhecimento dos territórios ultramarinos de Portugal, essas expedições científicas (“viagens filosóficas”) foram iniciadas no ano de 1783, com Alexandre Rodrigues Ferreira percorrendo o Brasil, Manuel Galvão da Silva explorando Moçambique, Joaquim José da Silva em Angola e João da Silva Feijó em Cabo Verde. Mas, como adverte o próprio Ronald Raminelli, a

sistematização da natureza e dos povos representava não apenas um discurso sobre os mundos não-europeus, mas um discurso urbano, burguês e letrado, sobre os mundos iletrados e rurais, que atuavam não somente no além-mar, mas sobre os campos europeus, transformando-os segundo a lógica do capital.⁹

Para a composição das imagens acerca da figura indígena, os referidos “riscadores” portugueses sentiram alguma dificuldade na representação do corpo humano, pois as formas anatômicas renascentistas das gravuras européias, para as quais Codina e Freire estavam treinados, não serviam para retratar “fielmente” o índio da Amazônia. Assim, esse índio em seu corpo físico, composto por cabeça, tronco e membros diferenciados em relação ao modelo humano europeu, seria um dos primeiros obstáculos à composição dos riscos técnicos dos desenhistas da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, cuja *Viagem filosófica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*¹⁰ acabaria por produzir a descrição dos seres representantes dos três reinos da natureza, por meio de três frentes:

- a) de maneira escrita: conjunto de relatórios chamados de “memórias”, “notícias”, “relações” ou “tratados”, alguns deles acompanhados de documentos manuscritos que formam a correspondência do próprio Alexandre Rodrigues Ferreira;
- b) de forma iconográfica: conjunto de mais de mil obras de autoria dos “riscadores” da expedição (Codina e Freire), mais alguns desenhos de construção civil do arquiteto italiano Antonio Landi;
- c) por meio de amostras de material coletado durante a expedição: enviadas para o Real Gabinete de História Natural de Lisboa e preparadas pelo botânico do grupo, Agostinho José do Cabo, com apoio de dois índios treinados por ele.

⁴ SÁ, 1783, p. 80.

⁵ Cf. *História, Ciências, Saúde*, vol. III, 2001, p. 832.

⁶ Tal obra fora idealizada por Vandelli, mas nunca seria publicada (cf. RAMINELLI, *História, Ciências, Saúde*, v. III, 2001, p. 970).

⁷ BELLUZZO, *Revista USP*, n. 1, 1989, p. 12.

⁸ RAMINELLI, *História, Ciências, Saúde*, v. III, 2001, p. 969.

⁹ Idem, p. 990.

¹⁰ Cf. GALVÃO, MOREIRA Neto (eds.), 1974.

A expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira – a única em que seu comandante conseguiu exercer funções exclusivas para tal atividade, pois todas as outras seriam chefiadas por naturalistas que acabavam acumulando outros cargos na administração colonial – tinha como ideia inicial fomentar a exploração econômica na região e facilitar a posse de áreas em litígio. Além disso, a expedição teve a função de elaborar “comentários filosóficos e políticos sobre o que visse nos lugares por onde passasse”.¹¹

Programada inicialmente para ter a presença de quatro naturalistas, a expedição sofreria um brutal corte nas verbas de financiamento, deixando sob a responsabilidade exclusiva de Alexandre Rodrigues Ferreira e de seus reduzidos auxiliares (os dois desenhistas, Freire e Codina, e o botânico Agostinho do Cabo) todas as tarefas da longa e penosa empreitada, além dos estudos acerca da agricultura (coleta de material e envio a Lisboa) e da cartografia (confecção de mapas populacionais). No decorrer de quase dez anos de pesquisas, a distância percorrida pela expedição – que cobriu os vales dos rios Tocantins, Amazonas, Negro, Madeira, Paraguai e vários de seus respectivos afluentes – seria em torno de 40.000 km, o equivalente a uma volta completa pelo globo terrestre.

Considerada a expedição científica de maior importância do século XVIII, a *Viagem filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira alinha-se ao discurso científico europeu da época por incorporar o próprio conceito de “viagem filosófica”, que denota um tipo de expedição inteiramente concebido, organizado, financiado e dirigido pelo Estado luso no período pós-pombalino, no intuito de explorar “as riquezas no interior do território colonial, principalmente no Brasil”.¹²

Para a expressão “viagem filosófica”, Fernando de Sousa, em “O grande livro da natureza nos tempos e viagens filosóficas de José Antonio de Sá”, explica que “é neste contexto que surgem os apelos para a realização de viagens filosóficas no Reino e colônias; nós diríamos viagens científicas, mas o ecletismo reinante dava os primeiros passos no sentido de uma disciplinaridade, e daí o termo ‘filosófica’ prevalecer relativamente ao ‘científico’”.¹³

Priorizando os reinos vegetal, animal e mineral, de um total de cerca de mil estampas (aves, peixes, quadrúpedes, insetos, paisagens e cartas geográficas), apenas pouco mais de uma centena delas é dedicada diretamente a populações indígenas (corpos físicos, utensílios e adornos). De um universo de mais de 60 grupos indígenas observados na *Viagem filosófica*, merecem destaque os Mura, que, como afirma Ronald Raminelli, “tornaram-se alvo preferencial de observação”¹⁴ daquela expedição, tendo representados não apenas seus corpos

e utensílios, mas também seus usos e costumes, suas atividades produtivas e sua relação com os colonizadores. Contudo, ao longo das memórias e do *Diário da viagem filosófica...*,¹⁵ Alexandre Rodrigues Ferreira demonstra certo desinteresse em relação aos índios de maneira geral, os quais são tratados naturalmente como mão-de-obra no processo de colonização do vasto território amazônico, além de serem vistos com desconfiança pelo olhar do cientista (colonizador) por conta de sua resistência à colonização e ao trabalho.

Além disso, o artefato, que representava a cultura material dos índios observados no decorrer da expedição, era encarado exclusivamente de forma utilitária pelo dito naturalista, quando este classifica cada utensílio como índice da evolução técnica da comunidade indígena que o produz. Assim, um grupo seria tão rudimentar quanto seu conjunto de artefatos utilizado nos afazeres domésticos, na caça, na pesca, na guerra ou nos transportes.

A preocupação político-econômica e a própria racionalidade burguesa do século XVIII, encarnadas pela expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, ficam evidentes quando o inventário feito pela jornada mostra a intenção de avaliar a produção técnica dos índios e a necessidade de aperfeiçoá-la de maneira que pudesse ser inserida na cadeia produtiva da região amazônica, em prol das atividades econômicas do reino, além de servirem para fortalecer estrategicamente a ocupação lusa da região. Nesse contexto, se os índios “produziam tecidos, punham-se contra a nudez; se construíam armas, eram inimigos temerosos; se dominavam técnicas náuticas, eram importantes aliados dos colonizadores no deslocamento pelo território e coleta das drogas do sertão”.¹⁶

Na concepção geral da figura indígena, a *Viagem filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira trata da “constituição física” dos tapuias, apresentando uma

¹¹ RAMINELLI, in: <http://catalogos.bn.br/alexandre/historico.htm> (acesso em 27 de novembro de 2006). No século XVIII, a História Natural englobava diversas disciplinas, como Biologia, Botânica, Geologia e Zoologia. Da segunda metade do século XVIII até a segunda metade do século seguinte ocorre o período em que se intensificaram as viagens dos naturalistas. A propósito, destacam-se duas datas-símbolo desse momento da história científica do Ocidente: 1748, conforme Fernando de Sousa (2005, p. 5), “foi o ano em que Carl Von Lineu [influente cientista nas expedições naturalistas do século XVIII] fixou a sua nomenclatura e [1848] coincide com a primeira exposição pública da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin”.

¹² COSTA, *História, Ciências, Saúde*, v. III, 2001, p. 994. Ao contrário de outras jornadas científicas de viajantes como La Condamine, Humboldt, Cook e Lapérouse, a *Viagem filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira destaca-se por não seguir à risca os princípios defendidos nas *Instruções que devem ser observadas...* pois, como afirma Ronald Raminelli, as “memórias sobre plantas e animais da Amazônia, concebidas pelo naturalista, destacaram sobretudo o caráter econômico e utilitarista, em detrimento dos avanços da ciência setecentista” (cf. <http://catalogos.bn.br/alexandre/historico.htm> [acesso em 28 de novembro de 2006]).

¹³ Cf. *Imagens da ciência em Portugal: séculos XVIII-XX*, 2005, p. 2.

¹⁴ AMINELLI, *História, Ciências, Saúde*, v. III, 2001, p. 973.

¹⁵ Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 70, 1888.

¹⁶ RAMINELLI, *História, Ciências, Saúde*, v. III, 2001, p. 985.

divisão entre os aspectos corporal (1ª classe) – subdividido em “cabeça, tronco e extremidades” – e espiritual, de onde se extrai um interessante relato que indica um “mando absoluto [demoníaco] na maior parte dos pensamentos e das obras dos gentios”.¹⁷ Na “constituição moral” (2ª classe) e na “constituição política” (3ª classe), Ferreira conclui a sistematização do mapeamento do tapuia.

Buscando entender o ameríndio do ponto de vista da evolução física da humanidade, a expedição científica de Alexandre Rodrigues Ferreira classificaria os tapuias como seres “monstruosos por artifício” – índios nascidos perfeitos, mas deformados de acordo com cada costume, como os Cambeba, que possuíam um achatamento frontal no crânio por causa do uso constante de adornos de cabeça – e “monstruosos por natureza”, como os Mura – grupo de índios “ferozes [que] mordiam as pedras contra eles atiradas, cortavam cabeças, arrancavam os dentes dos mortos e guardavam-nos como troféus”.¹⁸

Na constituição física do tapuia, a expedição científica comandada por Alexandre Rodrigues Ferreira destaca o caráter geral da separação acentuada entre o dedão do pé e os demais dedos, aproximando esse traço de características simiescas e referentes a algumas aves. Tal relação monstruosa pode ser vista como indubitável aproximação entre o índio do sertão amazônico e os animais que habitavam aquela área, conforme se percebe no trecho a seguir, escrito pelo naturalista:

Em ambos os pés se vê que são separados os [dedos] de outros gentios, já porque lhes servem de mãos, com que levantam do chão o que nele cai ou se acha, já porque com eles lhe seguram, ao treparem pelos troncos das árvores, como se observa que faz o macaco, entre os quadrúpedes, e o papagaio, a arara, o tucano e outras aves, as quais, para treparem, sem lhes ser preciso nem o uso, nem o artifício, já trazem da natureza o caráter distintivo de dois dedos separados.¹⁹

Nas imagens e nos textos produzidos pela *Viagem filosófica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira, percebe-se um interessante jogo de afastamento e aproximação em relação à representação fisionômica indígena que a referida expedição desejava retratar. Partia-se do pressuposto de que o índio representado era, à “primeira vista [...] um homem dócil, tranqüilo e tratável”,²⁰ pois o “homem natural ficou sendo o objeto das observações dos naturalistas [e] a sabedoria quanto a sua alma, a docilidade e o ensino são as que formam o caráter essencial de sua espécie”.²¹

Mas essa imagem – cuja “docilidade” fazia parte da expectativa do primeiro contato do naturalista (europeu) com o “homem natural”²² (ameríndio) – poderia se desfazer à medida que o indivíduo passava a ser analisado de maneira mais pormenorizada, conforme o propósito

científico, provocando no analista sentimentos que variavam da desconfiança ao assombro. Pondera, pois, Ferreira que o referido índio, “examinado de perto, logo deixa ver um ar de selvagem, de desconfiado e de sombrio”.²³

Como uma estranha e incômoda variável, o tapuia seria introduzido nos manuais naturalistas e, em consequência disso, fixado no discurso científico do século XVIII: “A diversidade de sua cor”, como relata Alexandre Rodrigues Ferreira, “e a de seus usos e faculdades corporais, o que indicam é que também da sua espécie [...] há algumas variedades. Neste sentido, o tapuia é uma delas”.²⁴ Ainda mais que, para o referido expedicionário, os tapuias constituem o traço constante da diferença, perturbando os padrões humanos europeus, ao destes diversificarem “na cor [...] na língua [...] na energia e no exercício das potências e faculdades intelectuais”,²⁵ as quais são tidas como quase nulas pelo autor de *Viagem filosófica*.

Da mesma forma, o pressuposto para a composição das estampas retratando o índio americano deveria indicar um *protótipo* representativo de toda a nação. Ao comentar as figuras indígenas constantes da *Viagem filosófica*, Ronald Raminelli considera que

todos os índios possuem o mesmo semblante. Não há importantes variações na forma da cabeça, face, testa, olhos, orelhas, nariz, boca, pescoço e tronco, exceto aquelas que foram produzidas pelos costumes, ou melhor, artificialmente [...]. Nas estampas, também não se distingue a tonalidade da pele.²⁶

Assim, nas “Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamais [mamíferos] observados nos territórios dos três rios, Amazonas, Negro, da Madeira: com descrições circunstanciadas que quase todos eles deram os antigos e modernos naturalistas e principalmente com a dos tapuios”,²⁷ os ameríndios foram classificados como *primatas* por Alexandre Rodrigues Ferreira, o que reforçou ainda mais os estereótipos construídos nos relatos dos séculos anteriores e contribuiu para a confirmação dessa ideia durante boa parte do século XIX.

¹⁷ Cf. FERRÃO, SOARES (orgs.), 2003, v. III, p. 33.

¹⁸ RAMINELLI, *História, Ciências, Saúde*, v. III, 2001, p. 976.

¹⁹ Cf. FERRÃO, SOARES (orgs.), 2003, v. III, p. 28.

²⁰ Idem, p. 22.

²¹ Id. *ibid.*

²² Em diversas passagens do Novo Testamento, a expressão “homem natural” pode ser entendida como “homem animal”, da mesma forma que o termo “gentio” pode ser relacionado, tanto a “homem natural” como a “homem animal”, na perspectiva pejorativa que dos índios tapuias tinham os portugueses (cf. FERRÃO, SOARES [orgs.], 2003, v. III, p. 39).

²³ FERRÃO, SOARES (orgs.), 2003, vol. III, p. 22.

²⁴ Id. *ibid.*

²⁵ Cf. FERRÃO, SOARES (orgs.), 2003, v. III, p. 22.

²⁶ RAMINELLI, *História, Ciências, Saúde*, v. III, 2001, p. 976.

²⁷ FERREIRA, 1972, p. 67-204.

Dessa forma, pode-se tomar a ideia de Homi Bhabha – que trata do aspecto ideológico da representação como estratégia colonialista de construção de uma imagem – para entender as estampas do índio Mura em *Viagem filosófica*, o qual, mesmo após alguns anos da escritura de *Muhuraida* que, embora louve a pacificação do referido gentio, ainda o trata como perigo constante para a colonização portuguesa na Amazônia. Como se ainda não fosse pacificado – e de fato ainda não o era completamente e nunca seria –, a imagem mura da expedição de Ferreira mostra que esse índio seria ainda por longos anos uma ameaça negra à clarificação da selva. Acerca da construção ideológica do pensamento colonial, Bhabha afirma:

Um aspecto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de “fixidez” na construção ideológica da alteridade. A fixidez [...] é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também, degeneração e repetição demoníaca. [...] [O] estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre “no lugar”, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido...²⁸

Se organizar o que parecia semelhante aos olhos dos viajantes/naturalistas da segunda metade do século XVIII era um propósito mais ou menos claro no bojo daquelas ações, o que fazer com uma realidade considerada diferente, fora do padrão, como a constituição do corpo tapuia? No desejo incessante de aterrar as diferenças questionadoras da reação indígena, o discurso colonial necessitava criar uma “relação hegemônica [...] compreendida não como um corpo híbrido pleno, mas sim como uma totalidade (quase) sócioideológica que somente [seria] possível através da negação ou exclusão do outro subalterno”.²⁹

Mesmo considerando “a infalibilidade da Palavra Divina, pela qual estamos instruídos que de um só homem descendem todos os mais quantos povoam a terra”,³⁰ Ferreira chega a se perguntar: “Será que os americanos não descendem do pai comum, mas antes formam uma descendência separada, como parece que fazem verossímil?”³¹ Ou ainda: “Será que eles são descendentes de alguns restos de antigos habitantes que escapassem do dilúvio, derramando-se estes restos por um país vasto e inculto?”³² Por isso, o naturalista-expedicionário assevera, com um tom quase inocente, mas que demonstra um firme propósito de domínio sobre os gentios: “Há, com efeito, em todos eles, uma certa combinação de feições e um certo ar tão privativamente seu que nele se deve estabelecer a característica de uma figura americana”.³³

Ao tratar da “constituição espiritual” dos tapuias, a *Viagem filosófica* acaba por definir a situação dos gentios do século XVIII, que se apresentam com uma

racionalidade enfraquecida assim como a “debilidade é o caráter de seus corpos e a frieza, o de suas almas”.³⁴ Para além da clara menção a uma resposta estereotipada sobre a complicada relação entre os índios e o trabalho imposto pela colonização na Amazônia (“debilidade dos corpos”) e da explicação simplificadora acerca da violência indígena (“frieza de suas almas”), o trecho sintomático do naturalista (colonizador) imprime, mais no imaginário brasileiro que nos desenhos de suas estampas, um modo de ver o índio do interior da Amazônia – destituído de território, de história, de narrativa, de racionalidade, de humanidade.

Dessa forma se compreende a citação de *Voyage a la Martinique*, de Antonio de Ulloa, por parte do autor de *Viagem filosófica*:

A sua razão nem é mais iluminada, nem mais previdente que o instinto dos animais. [...] Se a sã filosofia e a religião não nos ministrassem as suas luzes, se se houvesse de decidir pelas primeiras impulsões do espírito, inclinar-nos-íamos a crer que semelhantes povos não pertencem à mesma espécie humana que nós.³⁵

Ao ser relatado historicamente como “bárbaro” e ficcionalizado na tradição épica brasileira como o “vencido”, o índio passa de uma ameaça constante a um lamento tardio pelo estado de penúria em que viveria, após os contatos com os brancos. A imagem do índio se conforma na ideia de sua dependência ao pensamento e às ações civilizadoras do estrangeiro, tais como vimos nos poemas *O Uruguay* – em que o Guarani é massacrado por dois exércitos –, *Caramuru* – com uma tribo inteira ridicularizada pelo estrondo de um arcabuz – e *Muhuraida* – onde os Mura *não-humanos* são convertidos em *gente* pela obra maravilhosa de um anjo impostor.

Antes fixada como “exótica” – que significa “fora de ótica” (o que sai do quadro, por não querer ou não poder ser retratado) –, a figura indígena é congelada pelas expedições científicas e se torna um *souvenir* que passeia mortificado pela Europa, da mesma forma que a índia Paraguaçu do poema de Santa Rita Durão foi exposta para a rainha da França. O estranho homem tapuia do sertão amazônico (passivo) deveria, então, ser visto e admirado

²⁸ BHABHA, 2003, p. 105. Mais adiante, o mesmo autor (p. 125) observa que o “estereótipo é [...] um objeto ‘impossível’. Por essa mesma razão, os esforços dos ‘saberes oficiais’ do colonialismo [...] estão imbricados no ponto de sua produção de sentido e poder com a fantasia que dramatiza o desejo impossível de uma origem pura, não-diferenciada.”

²⁹ MOREIRAS, 2001, p. 350.

³⁰ Idem, p. 46.

³¹ Id. ibid.

³² Idem, p. 47.

³³ Idem, p. 23.

³⁴ Idem, p. 29.

³⁵ Idem, p. 32.

como peça de museu na metrópole, mas não o bastante para ser entendido como um ser autônomo (ativo). Dessa forma,

[João Machado Gaio] fez da ordem de Sua Excelência [José Teles da Silva, governador do Maranhão] uma excursão filosófica até a capitania do Ceará, e Sua Excelência, quando voltou para a corte, fez transportar, para se ali verem, alguns gentios gamelas, que são na verdade dignos de serem vistos dos olhos dos europeus, pela deformidade industrial de seus lábios.³⁶

Da mesma maneira, encaixa-se no discurso da expedição do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira o

complemento do texto de Antonio Ulloa, que relaciona o índio a um animal, pois se “se olham como homens [...] os limites de sua inteligência parecem incompatíveis com a excelência da alma; e a sua imbecilidade é tão visível que em bem poucos casos se pode fazer deles ideia diferente da dos animais”.³⁷ Por isso, Ferreira não faz outra coisa senão concluir, à maneira do padre Antonio Vieira, “que os americanos são laxos, são estúpidos e indolentes [...] em uma palavra, são *uma gente menos gente*”.³⁸

Recebido: 09 de abril 2011
Aprovado: 29 de abril 2011
Contato: yurgel@unifap.br

³⁶ Idem, p. 64.

³⁷ Id. ibid.

³⁸ Idem, p. 34.